

# Os comunistas brasileiros no compasso da política internacional entre a I e a II Guerra

## Brazilian communists on the way of international politics between the first and second World War

Rodrigo Ismael Francisco Maia<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo buscamos expor um panorama da atuação dos comunistas no Brasil, traçando um paralelo entre a política nacional e a política internacional seguida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre o início do século XX, quando ações mais organizadas ocorrem no seio das classes trabalhadoras, até o momento inicial da Guerra Fria e o golpe militar burguês no Brasil. Assim, o artigo busca dar uma visão geral do desenvolvimento político e econômico do Brasil como um país de economia agrícola voltado para a exportação e politicamente caracterizado por um desenvolvimento de “via prussiana”. A I e a II Guerra mundiais, a Guerra Fria, a influência do anarcossindicalismo e a busca pela democracia são alguns dos temas tratados aqui. Indicamos que em determinado momento, seguindo o fluxo da política internacional, o PCB é identificado pelo Estado como um inimigo nacional, assim como a URSS e o socialismo são em nível internacional.

*Palavras-chave:* Partido Comunista Brasileiro; I e II Guerra Mundial; Brasil.

### Abstract

In this article we seek to expose an overview of the performance of the Communists in Brazil, drawing a parallel between national and international policies followed by the Brazilian Communist Party (PCB), began in the period of the early twentieth century, when more organized actions occur within the working class, to the initial moment of the Cold War and the bourgeois military coup in Brazil. Thus, the article seeks to give an overview of the political and economic development of Brazil as a country agricultural export-oriented economy and politically characterized by a development of “prussian way”. The I and II World War, the Cold War, the influence of anarcho-syndicalism and the quest for democracy are some of the topics discussed here. We note that at any given time, following the foreign policy stream, the PCB is identified by the State as a national enemy, as well as the USSR and socialism are at the international level.

*Key-words:* Brazilian Communist Party; I and II World War; Brazil.

### Introdução

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil é um tema. É amplo e faz parte de um debate intenso. Assim, a perspectiva aqui é tangenciar esse debate tomando um aspecto desse processo, que é a construção histórica de uma perspectiva de lutas para a classe trabalhadora. A proposta é observar a relação entre o movimento comunista no Brasil e no cenário internacional em tempos de

---

<sup>1</sup>Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-Marília. Graduado em ciências sociais pela Unesp, Mestre em Ciências Políticas (UNESP) e Relações Internacionais (UNIPG-Itália). Pesquisa sobre os temas dos Partidos Políticos da Esquerda, New Left e União Europeia.

conflitos mundiais. A escolha se dá pelo fato do Partido Comunista Brasileiro ter existido apenas dois anos na legalidade, que foi entre 1945 e 1947, e o restante dos anos na ilegalidade até o período da redemocratização. Queremos observar se há um acompanhamento do Estado brasileiro em relação às políticas que o “Ocidente” realizava sobre os comunistas. Entendemos que se ocorreram políticas que impediram o desenvolvimento do PCB, tal como ocorria em âmbito internacional.

Diversas organizações possuíram relativa hegemonia na fomentação de ideias e de ações, entre elas o movimento sindicalista de cunho anarquista, o movimento operário permeado pelo caráter comunista, ou ainda outras, democráticas e também conservadoras. De qualquer modo, é necessário estabelecer uma correlação entre o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e internacionais. Ao pensar como a classe trabalhadora se portou podemos observar alguns paralelos com o desenvolvimento das outras classes, com o desenvolvimento produtivo, o desenvolvimento de uma cultura, etc., mas também como desenvolvimento internacional. A particularidade brasileira só pode ser apreendida como tal a partir de uma relação com o movimento das classes, da cultura, do capitalismo em geral.

Para que exista movimento operário é preciso que em certa medida exista num país uma classe trabalhadora, mais que isso, o movimento operário deve estar minimamente organizado. Desse modo, não podemos identificar imediatamente a existência de indústrias com a existência da classe operária. A existência da classe trabalhadora requer interesses coletivos construídos com uma experiência comum; por exemplo, não podemos associar o surto que triplicou o número de empresas em 1889 (de 200 para 600) com o surgimento da classe trabalhadora no Brasil. Além disso, a diversidade cultural dos imigrantes, a diferenciação entre trabalhadores negros e brancos, a ocupação em ofícios, são fatores para se considerar na análise da classe trabalhadora brasileira (BATALHA, 2003).

No Brasil as principais mobilizações da classe trabalhadora datam do início do século XX, quando movimentos grevistas influenciados principalmente pelas ideias anarquistas passam a questionar o regime de trabalho nas regiões com alguma industrialização, como eram São Paulo e Rio de Janeiro. De 1902 a 1919, houve um crescimento no número de associações de trabalhadores, bem como das greves num movimento histórico-político de formação de interesses coletivos de classe (BATALHA, 2003).

Como via Marx nas lutas de 1848, um movimento operário não necessariamente possui a ideologia comunista como eixo norteador. Logo, outro aspecto a ser notado é que não podemos afirmar que há uma associação direta entre movimento operário e movimento comunista – são, de fato, distintos. O comunismo já era conhecido na Europa desde meados do século XIX, e passa a ter

mais difusão e aceitação após os movimentos revolucionários de 1848, a conhecida Primavera dos Povos. No entanto, o movimento comunista, assim como o próprio movimento operário, não era homogêneo e não foi no Brasil.

A formação de uma agrupação comunista mais ligada ao movimento internacional no Brasil data por volta dos anos 1920 (PINHEIRO, 1992). Reside aí um fator de suma importância da constituição social do país: a imigração que trouxe consigo novos elementos ideológicos para a realidade brasileira. Junto disso, ocorreu o desenvolvimento de uma política nacional-internacional sobre o modo da revolução brasileira (PRADO JR, 1987). A formulação de uma política para o desenvolvimento brasileiro voltado para a construção de um projeto alternativo ao capitalismo esteve fortemente ligada a *perspectiva colonial* elaborada a partir da Internacional Comunista (IC), mas ainda com irregularidades para a particularidade brasileira. É preciso notar que ainda hoje não há consenso em relação ao caráter da revolução brasileira. Isso está associado também às táticas e estratégias que perpassaram a história dos movimentos contestatórios operários, bem como se refere às políticas sociais e econômicas que o Estado conseguiu implementar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A perspectiva da revolução nos países coloniais pode ser melhor entendida a partir da conceituação do desenvolvimento do capitalismo em suas diferentes formas. LÊNIN (2008) caracterizou como Imperialista o momento de expansão do capitalismo no começo do século XX. Característica do imperialismo é o desenvolvimento universal e direto de características essenciais do capitalismo, em que grandes corporações assumem o poder soberano, combinando capitais, como entre industriais e banqueiros, não sendo mais o poder restrito ao Estado, propriamente dito.

A partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartidos (LÊNIN, 2008: 90).

A presença do capital internacional sempre foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Desde Portugal, Inglaterra e Estados Unidos, o comércio internacional de matérias-primas e produtos agrícolas esteve condicionado às relações com esses países. Se no caso das corporações imperialistas a soberania de poder pode ser vista como uma autonomia para seu próprio desenvolvimento, no Brasil o papel do Estado não foi e não é diminuto.

A particularidade é que o Estado brasileiro em sua formação histórica teve papel essencial de ser o agente repressor dos movimentos contestatórios, garantindo a hegemonia dos setores burgueses e aristocráticos no poder, desde o início da formação do movimento operário. A

modernização do país, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil, teve o Estado como agente primaz, ao organizar a miséria social generalizada e a violência, combinando aspectos de um liberalismo nacional historicamente conservador com a presença dos monopólios internacionais com endereço nos países centrais (DEO, 2011).

No Brasil, a dominação burguesa teve sua expressão na formação do Estado liberal (BATALHA, 2003). Além disso, o desenvolvimento industrial brasileiro foi em grande parte impulsionado pelo Estado. O caráter da ideia de revolução brasileira perpassa esse fator, bem como a própria constituição da classe trabalhadora do setor industrial. Mas a industrialização foi uma desilusão para o operariado na medida em que não atendia às suas necessidades.

### **A formação da organização política das classes trabalhadoras – PCB**

O movimento político das classes trabalhadoras no Brasil não esteve imune ao desenvolvimento da economia e da política governamental e estatal do país, ao contrário, a constituição do Brasil como um país voltado para a economia de mercado baseada na grande exploração agrária para exportação é um fator essencial na análise das classes. O movimento político das classes trabalhadoras encontra já no início do século XX tanto indícios de uma organização, como também de resistência, afinal, a república brasileira fornecia condições para que do lado das classes trabalhadoras as condições de vida se degradassem, pois o começo da república é marcado por uma crise financeira, um governo provisório militar que buscou solucionar os problemas econômicos através da especulação financeira, a superprodução de café, e a repressão social.

As movimentações dos operários foi uma preocupação do governo de Bernardes, pois ainda que fossem localizadas, contribuía para a instabilidade da república em seus principais centros urbanos. Daí resultou o acordo com Washington (EUA) sobre o controle de multidões com a utilização do gás lacrimogênio como arma química contra a população. Por outro lado, é no próprio governo de Bernardes que se formularam os iniciais elementos das leis trabalhistas: definição da jornada de trabalho, descanso semanal, regulação do trabalho feminino, férias, previdência social, organização social autônoma, etc. Ademais, os estrangeiros agitadores poderiam ser deportados a qualquer momento, bem como a polícia poderia fechar qualquer organização operária.

A classe operária branca de imigrantes europeus pode até ser uma característica das regiões sul e sudeste, mas não pode ser uma forma de se ver o operariado no Brasil que estava em oficinas de seis a quarenta operários, e não nas grandes fábricas no começo do século XX. Embora o trabalho masculino tenha sido o predominante, a mão de obra feminina era relevante na indústria

têxtil e de vestimentas. Quanto aos imigrantes, fundamentais para o desenvolvimento das classes trabalhadoras, embora alguns chegassem com certa experiência de luta, a maioria deles era do campo (BATALHA, 2003).

A economia agrícola-exportadora buscando a manutenção histórica de sua hegemonia dificilmente sedia espaço para a indústria, mas o contexto internacional de queda dos preços e fim do crédito internacional também dificultava a produção no campo, além de ser internacionalmente um novo momento de produção de necessidades às quais apenas a produção industrial podia suprir em termos inovativos e quantitativos. Desse modo, a hegemonia política das oligarquias ligadas à produção agrícola definiu junto das perdas econômicas do Estado, embora alguns setores agrícolas tenham sobrevivido e garantido sua continuidade histórica e inserção na estrutura social brasileira. Foi do seio da própria cafeicultura que as indústrias e a urbanização recebem maior incentivo, embora posteriormente o Estado tivesse impulsionado a industrialização como política própria.

A organização do movimento operário esteve basicamente ligada aos trabalhadores que detinham um ofício, um emprego, alguma ocupação com caráter temporalmente mais fixo e salários, como marceneiros, padeiros, sapateiros, tipógrafos, etc., pois estavam submetidos a uma hierarquia no trabalho e pertenciam a uma estrutura social mais forte. Assim, a base do incipiente movimento operário estava nos trabalhadores qualificados. Uma maior estruturação da produção manufatureira e da pequena indústria ocorreu com a implementação de uma produção interna por conta da I Guerra Mundial, em que o preço do café, da borracha e do cacau caíram muito e as importações ficaram mais difíceis. A indústria instalada era incipiente, de bens de consumo não duráveis, com hegemonia do capital externo e com regime de trabalho baseado na superexploração.

Sob influência das ideologias trazidas pelos imigrantes italianos e espanhóis, o anarquismo foi maioria no movimento operário, dadas as condições políticas do Brasil, já que o socialismo da segunda internacional não tinha ainda espaço para inserção na estrutura política e social do país. As organizações iniciais datam dos anos que vão de 1902 até 1919, havendo um crescimento no número de associações e de greves.

De março de 1917 até março de 1920 (basicamente o período de duração da revolução socialista internacional e da insurgência operária), a classe operária brasileira combateu contra o capital, pelo reconhecimento como força de trabalho organizada dentro de um mercado determinado, exigindo sua afirmação como força social autônoma e antagônica à ordem e, ao mesmo tempo, uma legislação restritiva da exploração desenfreada (DEL ROIO, 2003: 71).

Contudo, a industrialização foi uma decepção para o operariado na medida em que não atendia às suas necessidades. A república, na mesma medida, fechou as portas à classe operária.

O movimento possuía alguns aspectos que dificultavam seu desenvolvimento: o trabalho político das lideranças anarcossindicalistas não era de continuidade, mesmo obtendo algumas importantes vitórias, como nas greves de 1917, deixando espaço aberto à repressão. Esse também era o momento em que a revolução na Rússia repercutia com mais ou menos força em muitos países. Repercutiu no Brasil. Mas, como indica PINHEIRO (1992), a perspectiva da revolução mundial estava em baixa no momento em que diversos partidos são formados pelo mundo.

O elitismo econômico e político junto de uma forte ideologia antidemocrática foi o terreno em que nasceu e se desenvolveu o PCB, criado em 1922. O PCB pode ser visto como fruto dos esforços dos indivíduos que nacionalmente buscavam uma mudança social, e também pode ser visto como resultado da expansão da Revolução de 1917, ocorrida na Rússia. Afinal, até mesmo em países periféricos, como México, Argentina e Grécia “enviados internacionais” apoiavam a construção de PCs (SECCO, 2005: 27). Salvo o caso brasileiro, como também o português, a organização comunista não derivou da socialista. No Brasil, a organização comunista derivou do anarcossindicalismo, mas dependeu muito da política externa da União Soviética para agir (PINHEIRO, 1992).

Entendeu-se que a natureza da revolução era democrático-burguesa e que esta deveria ser conduzida por uma aliança forjada em torno do proletariado, agregando o campesinato e a pequena burguesia. O problema maior, em troca, foi o deslocamento do inimigo principal imediato, que do regime político liberal-oligárquico passou a ser o imperialismo, visto de maneira abstrata (DEL ROIO, 2003: 95).

A política dos comunistas passa a ser constituída em torno da perspectiva de revolução para os países coloniais e semicoloniais e dependentes, colocando a luta contra o imperialismo como eixo nacional e internacional. No Brasil, a presença do capital imperialista já era diversificada no início do século XX, especialmente pela dinâmica competitiva entre o capital inglês e o norte-americano. Nesse sentido, a América Latina se tornou terreno propício para o desenvolvimento da política dos comunistas por ser um ponto de concorrência entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Se tratava nesse momento de construir o partido comunista.

### **Entre Guerras: dos anos 1920 à Revolução de 1930**

A perspectiva da revolução mundial parecia cada vez mais definhante após a derrota da revolução na Alemanha, tornando mais difícil a relação entre o centro mundial da revolução e as seções nacionais nas periferias. A revolução nos países coloniais seria importante, mas a centralidade estava ainda no desenlace da revolução nos países mais industrializados da Europa. A partir dos anos 1920 é que as particularidades dos países periféricos passou a ser mais discutida, ainda que não fosse esse o momento em que a fórmula política mais adequada se formulasse. Também a partir desse momento houve uma mudança internacional na política indicada pela IC, com a tomada da Frente Única e da via pacífica como meios políticos da luta que levaria ao socialismo.

A Frente Única repercutiu no Brasil através da tática de enraizamento do PCB nas classes trabalhadoras e no projeto de desenvolvimento da burguesia nacional contra o imperialismo. Além disso, o descontentamento social com o regime político se tornou um campo fértil para a atuação dos comunistas, com alianças entre operários e a pequena burguesia contra o imperialismo nos anos de 1922-1924, em que os comunistas brasileiros identificaram os levantes e as insurreições como etapas da revolução em curso (PINHEIRO, 1992). Assim, ainda que em declínio, ocorria a ideia de uma revolução em construção e de uma real possibilidade de sua realização.

Os movimentos dos anos 1920 até 1930 foram marcantes na evolução ideológica da sociedade brasileira, pois representaram uma transformação na política: surgimento do Partido Comunista, mudança na presidência, semana de arte moderna, crise nos primeiros anos (1922) e crise de 1929. Ao mesmo tempo, a crise do café dinamizava o crescimento da classe média, e fazia avançar outros setores, diversificando a economia com a substituição de importações e a implantação de uma industrialização retardatária, visto que as oligarquias não conseguiam reverter a crise do café.

Nesse período, diversas ações políticas marcaram setores das forças armadas e das classes trabalhadoras, bem como ocorreram choques entre sociedade e Estado, que era um Estado mais centralizado e intervencionista. A chamada Primeira República tinha fundamentos políticos importantes: a instabilidade marcou os primeiros anos do regime republicano oligárquico; a constituição da república baseada no modelo norte-americano unia as camadas da alta oligarquia, pois mantinha os Estados com sua independência (Federalismo) ao mesmo tempo em que era representativa dos setores aristocráticos e burgueses. Uma certa estabilidade foi gerada com o pacto político da classe dominante, conhecido como o café com leite, a alternância de governadores. O Coronelismo seria uma forma desenvolvida do governo representativo das classes dominantes mesclado com as condições sociais e econômicas desiguais: a desigualdade e a existência histórica

propiciava o privilégio dos setores rurais na política.

O federalismo abriu portas ao coronelismo, pois dava autonomia às diferentes localidades (havia a predominância de SP, MG e RS, enquanto que os outros estados eram secundários). Os acordos das oligarquias encontrou seus maiores problemas em 1922, quando se formou uma reação republicana: a sucessão de Epitácio Pessoa gerou a chapa de Arthur Bernardes, o que gerou conflitos com os estados de segunda grandeza, quando se lança a candidatura de Nilo Peçanha (com discursos mais progressistas). As eleições deram vitória à Bernardes, mantendo o pacto, embora a instabilidade se aprofundasse e a ala de Nilo começasse a panfletar contra o governo, denunciando as políticas de Bernardes de remover adversários e os militares do poder e colocar oligarcas.

Assim, a possibilidade de intervenção militar se tornava mais concreta, como com o Movimento Tenentista dos 18 do Forte, deflagrado em julho de 1922 e imediatamente reprimido. A repressão fortaleceu o governo (que ocorria sob estado de sítio) e fez os militares recuarem, bem como a ala oligárquica que os defendia. Dois anos depois, em São Paulo, eclodia um novo movimento dos militares para derrubar Bernardes; os militares viam que o federalismo dividia o país.

O movimento de 1924 não ficou apenas na capital, mas entrou também para o interior de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, quando em 1925 formou-se a Coluna Prestes como foco de contestação do regime sob uma perspectiva de esquerda, adentrando também em aspectos ideológicos comunistas. A Coluna dissipou-se ao longo dos meses em que percorreu os estados brasileiros. A partir daí ocorreu uma curta estabilidade, quando em 1930 uma nova cisão gerou a Revolução de 1930. A Revolução de 30 marcaria o começo de um Estado nacional, que iria intervir em diferentes campos da economia, mas ainda com autonomia instável. Fato também é que desde então ficava mais evidente que a “democracia burguesa” possuía seus limites de modo bem restrito no Estado brasileiro, tornando céticos setores da esquerda comunistas (KONDER, 1980).

No governo de Washington Luís rompeu-se o pacto SP-MG, pois ele indicou mais um paulista para a presidência, e com isso outras disputas tomaram espaço na cisão, como a candidatura de Getúlio Vargas com o vice João Pessoa (a Aliança Liberal), baseada em fundamentos para a representação de todas as classes dominantes, regulação das leis trabalhistas, reforma eleitoral, etc. O contexto era o da crise de 1929, com centenas de fábricas falindo e milhões de desempregados no país. A eleição colocou Júlio Prestes no governo; mas a instabilidade aumentou, aumentou ainda mais com o assassinato do vice de Getúlio. Assim, a ala militar se fortaleceu com setores de tenentes e sargentos (além de cabos e soldados) no impulso à luta armada. Em poucos dias, no mês de outubro, após a deflagração da conspiração, o presidente Washington foi deposto e instala-se

uma junta provisória, com a finalidade de manter o governo e abafar a crise política. A pressão dos diferentes setores e regiões políticas fez a junta passar o governo para Getúlio, num golpe em outubro de 1930 que deslocou as principais forças oligarcas do regime, demonstrando a crise política e econômica do liberalismo no Brasil.

Nesse momento, os comunistas buscaram aproveitar o contexto efervescente se inserindo na classe operária, aprofundando as alianças para o combate contra a oligarquia. Ao mesmo tempo, seguindo o fluxo de centralização que ocorria a partir da União Soviética, o PCB passou também a depurar elementos de “direita” e da pequena-burguesia. O enfrentamento com a repressão estatal não cessou, e o PCB prosseguiu sua política através das denúncias da crise social e da campanha contra a iminente guerra imperialista.

O fato é que 1930 foi um marco na política do país. A chamada via Prussiana, ou revolução pelo alto, ou passiva, é a caracterização do tipo de desenvolvimento que se estabeleceu no Brasil. A partir de 1930, o Estado teve um maior cuidado com as políticas de produção, tentando diminuir a dívida do setor agrícola a partir da recessão, dando continuidade a defesa do café. Por outro lado, a modernização dos diferentes setores ocorreu com o capital privado e com a ajuda do Estado.

A revolução de 1930 contribuiu para desmobilizar em amplas áreas da população as instituições. Ela demonstrara que os detentores do poder podiam ser apeados dele. E isso, evidentemente, estimulava sonhos insurrecionais, vocações conspirativas (KONDER, 1980: 43).

### **No contexto internacional da II Guerra**

A partir de 1933, quando Hitler ascende ao poder na Alemanha, o movimento comunista internacional, organizado em torno da IC (Internacional Comunista), passou a ser revisto pelos dirigentes. A presença de um inimigo muito poderoso e com claras intenções de extermínio social levou os comunistas a formularem as políticas de Frente popular, isto é, uma tática de alianças de diversas classes com o objetivo de combater o ascenso do nazismo em todo o mundo (do Integralismo, no caso brasileiro).

A política de alianças na realidade brasileira resultou na ANL, a Aliança Nacional Libertadora, da qual o comunista Luiz Carlos Prestes foi presidente. Os comunistas viam a necessidade de angariar em torno da ANL todos os setores sociais e indivíduos interessados em combater a implantação do fascismo no Brasil, independentemente de seus programas políticos e interesses de classe.

A ANL, ao desenvolver suas atividades, deveria teoricamente ampliar o espectro das forças antifascistas; na realidade, porém, hegemônica pelos comunistas, ela se revelou um instrumento insuficiente na mobilização das massas e uma base estreita para a aliança com as correntes liberais burguesas (KONDER, 1980: 45).

Não foram longos os passos: a ANL foi fechada por Getúlio<sup>2</sup>, em 1935. As conspirações pretendidas não vingaram embora alguns levantes tenham ocorrido. O fracasso da política de alianças pode ser visto como um dos fatores que contribuíram para a instauração do Estado Novo, de 1937. Nesse momento não há uma classe conduzindo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, essa tarefa ficou a cargo do Estado, ainda que a burguesia exportadora fosse a sua base de sustentação. A centralidade no Governo federal iria superar as políticas locais, e o interesse desse Estado Novo era suplantado a luta de classes através do corporativismo, no contexto de crise do liberalismo.

Na maior parte do tempo os comunistas viveram na ilegalidade, ou não eram reconhecidos pelo Estado organizados em torno do Partido Comunista. Durante o Estado Novo a situação se tornou ainda mais delicada com a violenta repressão que acabou por desarticular o PCB em todo o país. Ao mesmo tempo a visão de que era preciso o fortalecimento da democracia também cresceu, inclusive pelo trabalho clandestino dos comunistas. Nos anos de guerra, os comunistas buscaram manter alguma organização ainda que de modo independentemente e, até certo ponto, isolados de outras organizações nos estados brasileiros.

Durante o conflito mundial, a esquerda organizada em torno da ANL e do PCB decidiu impulsionar uma campanha para pressionar o governo a entrar na guerra (II) contra os nazistas, pois a guerra seria de “libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo” (KONDER, 1980: 51).

A II Guerra alterou radicalmente o quadro econômico e o país sofreu queda nas exportações e reduziu sua capacidade de importação. Desde 1938, os comunistas refletiam sobre uma aliança com Vargas para combater o fascismo. Assim, KONDER (1980), baseado em Luiz Werneck Vianna, afirma que a legalização do PCB se deu num contexto em que as mudanças de posições políticas tomadas por Vargas aproximavam os militantes pecebistas dos getulistas e, além disso, o possível isolamento de Getúlio das bases mais conservadoras o levou a ceder mais às organizações das classes trabalhadoras (KONDER, 1980).

---

<sup>2</sup> A ANL, liderada por Prestes, foi posta na ilegalidade por Vargas com o argumento de que ela seria influenciada pelo comunismo internacional.

Mas o antifascismo começa a ganhar corpo a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (7 de outubro de 1932) e da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha (30 de janeiro de 1933)(...). De tal maneira que a luta deveria ser travada contra o conjunto das classes dominantes, que fazem uso de métodos fascistas para estabelecer seus objetivos reacionários (DEL ROIO, 2003: 109).

O PCB teve reconhecida atuação na luta contra o fascismo no Brasil, combinando a luta contra o fascismo com a perspectiva de que este expressava a crise do imperialismo. Assim, a atuação dos comunistas combinava o antifascismo e o antiimperialismo, a partir da Aliança Nacional Libertadora, que se tornou um mecanismo que aprofundou a inserção do PCB nas classes trabalhadoras e na classe média. O PCB apoiou então o governo Vargas contra o nazi-fascismo. Mas o movimento comunista em nível internacional passava por sérias dificuldades em articular conjuntamente a política sobre as classes nesse período, pois via-se em alguns casos a social-democracia ora como ala fascista, ora como um setor a ser disputado.

Ao final da II Guerra, o PCB implementou uma política ainda direcionada para a realização da etapa “necessária” rumo ao socialismo, que seria a democratização como um passo da revolução nacional democrática-burguesa. Essa perspectiva, até certo ponto conflitante com a política leninista – algo que não pode ser desenvolvido aqui – dava à burguesia nacional o papel de conduzir o desenvolvimento social, político e econômico do país, ao passo que as classes trabalhadoras assumiriam a tarefa de serem coadjuvantes, e não classes dirigentes. A problemática também se dava no plano internacional, visto que a União Soviética indicava que o momento era de colaboração para a reconstrução dos danos causados pela Guerra, dentro da ordem capitalista (MAZZEO, 1999).

No período Dutra (1946-1951), o PCB procurará reforçar a imagem de partido da ordem e da tranquilidade, defensor do “apertar o cinto”, chegando a colocar-se, em muitas ocasiões, contra os movimentos grevistas, para “evitar as provocações”. (...) O eixo da ação do PCB era permeado por um politicismo taticista, que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta “ordeira e pacífica” (MAZZEO, 1999: 73).

A preocupação central do PCB passou a ser o estabelecimento de uma ordem que garantisse o processo de democratização, acreditando que com a instauração de instituições democráticas ações políticas mais contundentes seriam possíveis e inevitáveis. Todavia, ainda que os comunistas apoiassem o processo constituinte, a deposição de Vargas ocorreu, em 1945. A continuidade da luta do PCB pela democratização rendeu uma considerável parte dos votos nas

eleições seguintes, quando com candidato próprio angariaram cerca de 10% dos votos e elegeram vários deputados e um senador<sup>3</sup>.

No final da II Guerra já havia no Brasil uma regulamentação social, uma legislação, que além de organizar o trabalho, organizava a classe trabalhadora segundo uma estrutura corporativa que retirava a autonomia da classe e de suas organizações (ERICKSON, 1979). A política de conciliação do PCB não duraria muito. Existindo apenas entre 1945 e 1947 na legalidade, o partido aproveitou o momento para combinar sua política com a política dos governos e do Estado, de modo a ganhar maior visibilidade. Uma mudança política que vigorou a partir do fim da II Guerra deslocou os comunistas do lado do campo dos aliados contra o fascismo para o lado do inimigo número um. A política de colaboração precisava ser modificada, e o PCB voltou a atuar na ilegalidade.

A presença política-militar dos EUA passou a ser mais relevante nesse momento, com o aprofundamento das alianças regionais, envolvendo especialmente o Brasil em transações comerciais e o sustentando como aliado no continente. Alguns instrumentos institucionais foram organizados para fomentar a parceria entre os EUA e os países do sul da América, como a OEA (Organização dos Estados Americanos), com clara hegemonia norte-americana. O quadro econômico brasileiro foi novamente alterado, em consonância com o do resto do mundo, contando com o setor produtivo mais diversificado, com mais relações comerciais estabelecidas, ainda que internacionalmente a instabilidade monetária fosse um fator limitante. Mas o fim da Guerra implicou numa política de estabilidade e ordem social, de modo que o perigo dos movimentos contestatórios passassem a ser foco das políticas. Embora na Europa a democracia como a “melhor” forma de regime estivesse em debate, no Brasil e na América Latina em geral a situação era diferente, estava no sentido do aprofundamento do caráter dominante do Estado, como na repressão organizada pelo governo Dutra (MUNHOZ, 2003).

O cenário internacional, em paralelo com o próprio movimento que se abria no país, indicava do ponto de vista ocidental o inimigo: a URSS, o socialismo e os comunistas. As condições econômicas e sociais do Brasil apontavam que conflitos políticos de classes tomariam as ruas. Estamos aqui diante de alguns elementos fundamentais: as condições internas que levaram as classes trabalhadoras à luta, a atuação das organizações dessas classes, o papel do Estado e o contexto internacional:

O processo repressivo iniciado em 1946 adquiriu maior virulência no transcorrer do ano

---

<sup>3</sup> Nesse momento, o PCB passa a ser o maior Partido Comunista da América Latina, contando com mais de 200 mil filiados.

seguinte. A repressão política não atingiu apenas o PCB. Outros agrupamentos de esquerda, as entidades sindicais e os movimentos sociais também constituíram-se em alvos privilegiados da coação governamental. Até mesmo os opositores conservadores tornaram-se objeto da sanha repressora (MUNHOZ, 2003: 3).

A via prussiana como característica do desenvolvimento capitalista brasileiro não significou o desenvolvimento de um processo pacífico. Ainda que sem revolução, a via prussiana possuiu características violentas, perversas. Em 1947, o PCB teve sua legalidade retirada novamente, mesmo contando com mais de 50 mil membros nesse momento (SECCO, 2005: 33). O contexto internacional também era propício: a evidente aproximação do Brasil com os EUA levaram à ruptura de relações com a URSS em 1948. A Guerra Fria já havia começado e não se limitava à bipolaridade entre EUA e URSS, perpassava as relações internacionais como um todo<sup>4</sup>, e as nacionais em particular: o inimigo interno. Nos EUA o movimento de perseguição aos comunistas era liderado pelo senador Joseph Mac Carthy, na Itália era o papa que os excomungava.

O movimento comunista se reestruturou parcialmente a partir da criação do Kominform na Europa Oriental (1947), um centro de organização das informações dos Partidos Comunistas em diversos países. Além disso, havia uma crise entre as lideranças políticas do movimento, como nos casos da Iugoslávia, na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, em que diversos líderes foram expulsos do círculo comunista e sofreram outras retaliações.

No mundo inteiro, os comunistas – liderados por Stálin – são concitados a concentrar seus ataques nos “aliados vacilantes”, nos “oportunistas”, nos elementos “pretensamente progressistas”, nos social-democratas, nos trabalhistas. Essa linha política é aplicada no Brasil com resultados bastante negativos: ela contribuiu para o isolamento do PCB, desejado pela direita (KONDER, 1980: 77).

Após solidificada a posição dos comunistas como inimigos, oferecendo riscos à acumulação burguesa, o PCB realizou uma autocrítica e apresentou uma nova política. Da colaboração, passou a denunciar com veemência a combinação dos governo brasileiro com o imperialismo norte-americano. Certamente as alianças, bastante amplas até o momento da legalidade, passaram a ser mais restrita. O PCB, em declínio, passou a identificar que o Brasil possuía um papel superior na reordenação do capitalismo mundial, embora persistisse na revolução por etapas (MAZZEO, 1999).

---

<sup>4</sup> Se em 1945 havia basicamente a União Soviética, em 1949 cerca de um terço da humanidade vivia sob o regime socialista.

Três são os elementos determinantes para a diminuição da presença do PCB na sociedade, notadamente no movimento sindical: o primeiro a ser ressaltado deve ser creditado à própria política de conciliação que o partido vinha desenvolvendo anteriormente, incluindo o incentivo à não-realização de greves, o que afastava os trabalhadores do partido. (...) O segundo aspecto é, sem dúvida, o sectarismo e a política “principista”, implementada sem ajustes e elasticidade, principalmente, no movimento sindical. E, por último – considerado o aspecto mais relevante –, o maior responsável pela queda da influência do PCB na sociedade, particularmente no movimento sindical urbano, foi a decretação de sua ilegalidade, pela autocracia burguesa, e a própria ação repressiva desencadeada pelo governo (MAZZEO, 1999: 78).

### **Aspectos da política dos comunistas**

Ainda que seja relevante o contexto internacional, a política adotada em cada tática e a estratégia dos comunistas no Brasil é também altamente importante. Assim, não apenas as políticas tomadas a partir do Estado (dos governos e dos outros partidos nos governos) são decisivas para a inserção dos comunistas nas lutas sociais, mas as leituras que os comunistas faziam da realidade também foi decisiva para o declínio da esquerda. O PCB, que pouco tempo antes não apoiava determinadas greves de trabalhadores, passou a liderar diversas delas.

Em 1954, o PCB realizou seu IV Congresso na clandestinidade, após o suicídio de Vargas. Em 1955, tomou posição na política e apoiou a chapa Juscelino e Goulart, contra Juarez Távora. Internamente, o Partido não se organizava através da centralização democrática, e não estava preparado para a nova clandestinidade em tempos em que os ataques vinham de todos os lados. Internacionalmente, a orientação estava em consonância com a URSS.

No Brasil, o stalinismo não chegou a tomar o poder, não chegou a controlar o aparelho do Estado, de modo que não produziu consequências. Gerou, contudo, outros efeitos, profundamente negativos. Contribuiu, por exemplo, para que os dirigentes comunistas cedessem às facilidades do “mandonismo” (sacrificando o segundo pólo do “centralismo democrático”). E também contribuiu para fortalecer o voluntarismo, que impediu a direção do PCB de reconhecer as mudanças que, já no começo dos anos 50, vinham se realizando na situação brasileira (KONDER, 1980: 91).

A teorização sobre a realidade brasileira em perspectiva histórica passou a ser um importante problema no âmbito dos intelectuais brasileiros, em especial os pertencentes à esquerda. Que tipo de desenvolvimento apresentava o Brasil? Quais táticas e qual estratégia deveriam ser

elaboradas para a particularidade brasileira sem deixar de ser uma componente da luta mundial? Diante dessas questões, diferentes respostas, propostas, surgiram e ainda suscitam divisões e debates.

Sabe-se agora que as decisões políticas eram tomadas por um reduzido grupo do PCB. Além disso, é reconhecido pelo partido que as elaborações teóricas sobre a realidade brasileira também eram deficientes. O partido, sendo resultado de esforços internos e externos, teve sua orientação baseada em fórmulas gerais em grande parte de sua história. A própria concepção da revolução brasileira teve muita influência externa, sendo concebida através do modelo europeu para os povos coloniais e semi-coloniais.

A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes. (...) A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa”, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (PRADO JR, 1987: 36).

A Internacional Comunista, buscando abranger os diferentes países na perspectiva da revolução buscou estruturar as especificidades do caminho revolucionário, mas sem levar em conta, ou sem poder levar em conta, as particularidades dos países. Todos os países deveriam passar por etapas preparatórias que levassem da revolução democrático-burguesa à revolução socialista. A tarefa específica deveria ser feita pelos seus próprios partidos. Nem mesmo o Bureau Sul-americano da IC sabia muito sobre a realidade brasileira.

O PCB buscou indicar quais eram as particularidades brasileiras. Mas ainda que pautado no esquema único do modelo soviético, diferentes visões surgiram, como a que via o passado feudal, ou a que se diferenciava destacando o escravismo, ou a que via na forma de trabalho da parceria uma perspectiva revolucionária. Assim, no Brasil sendo concebido como um país agrário, em qualquer uma das perspectivas, o desenvolvimento da reforma agrária deveria passar de uma exploração arcaica, seja feudal ou escravista, para uma exploração capitalista. Não se tratava da mesma coisa, pois o servo feudal não é o mesmo que o escravo, como também não é o mesmo que o camponês. As formas de lutas são muito distintas para cada um deles. No que tange a interpretação do passado feudal:

Uma interpretação como essa leva naturalmente à conclusão – e é realmente o que se tem

verificado no caso da defeituosa teoria da revolução brasileira até hoje consagrada – que a luta dos trabalhadores rurais brasileiros teria essencialmente por objetivo (como seria o caso se se tratasse de fato de camponeses) a livre ocupação e utilização da terra que hoje trabalham a título de empregados da grande exploração (PRADO JR, 1987: 49).

A orientação teórica do PCB, e de diversos intelectuais que o circundava, estava baseada na perspectiva de que o país possuía o problema do campo, isto é, o problema da apropriação da propriedade rural, em sentido feudal, aristocrata, etc., mas em diversos momentos as discussões não levavam em conta o desenvolvimento das políticas para o campo e no campo, indicando que as lutas dos trabalhadores do campo eram de caráter imediato. As lutas imediatas eram subestimadas.

Caio PRADO JR (1987) indica que por mais de 35 anos o PCB se baseou nas elaborações da IC para os países asiáticos - elaborações que foram generalizadas para a América Latina. Os inimigos eram os restos feudais e o imperialismo norte-americano. Em diversos momentos, a burguesia nacional era vista como aliada na luta contra o imperialismo, e esse teria sido um dos motivos que levou aos graves erros teóricos, bem como contribuiu para o abril de 1964.

Em diversos momentos os comunistas receberam provocações e foram perseguidos tanto pelo Estado como por grupos políticos independentes. A defesa dos comunistas não se dava apenas em ações diretas, mas era especialmente pautada na divulgação de seus pensamentos através dos jornais e revistas, inclusive literárias. Contraditoriamente, no seio do movimento comunista também havia perseguição.

Diversos partidos comunistas procuraram manter o silêncio diante daquilo que muitos outros já relatavam como práticas perversas na União Soviética, como foi o caso do PCB. Outros partidos buscaram se diferenciar do conjunto das políticas comunistas, como foi o caso do PC italiano. Ainda que muitos demorassem um certo tempo a compreender a gravidade das denúncias, era necessária a reorientação do movimento, visto que por diversos motivos caíra por terra as diretrizes vindas da URSS.

No caso do PCB, a autocrítica tardou e ocorreu,

A nova linha, nascida da autocrítica, se manifestou na Declaração de Março de 1958, publicado na Voz Operária de 22-3-58. A direção do PCB se unia em torno do reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculado ao próprio desenvolvimento do capitalismo (KONDER, 1980: 104).

O processo de democratização era visto então como uma tendência, a visão de fora também era essa. Ainda que a Guerra fria fosse o cenário de fundo, a democracia era vista em

ambos os lados como o melhor dos mundos. Certamente se tratava, para muitos, de dois tipos diferentes de democracia, ainda que já nos finais dos anos 1980 fosse vista como a mesma coisa nos dois lados do Muro de Berlim.

O processo de democratização seria uma etapa. Isto é, o capitalismo seria um desenvolvimento necessário, mas a luta pela democracia perpassaria todas as etapas de seu desenvolvimento. De outro modo, as políticas baseadas na União Soviética não foram totalmente abandonadas. Nem poderia ser diferente. As divisões surgidas daí e de outros fatores geraram não só militantes dispersos, mas também outras agrupações, como o PCdoB. O próprio PCB se viu modificado, já que a realidade também não era a mesma da época de sua criação e o Brasil transitava para uma maior industrialização. Na metade dos anos 1950 o proletariado brasileiro já passava a casa dos três milhões, enquanto que nos anos da criação do PCB era por volta de 300.000 (KONDER, 1980).

### **Considerações: em consonância com o golpe militar burguês e a guerra fria**

A presidência de Getúlio nos anos de 1951 até 1954 foi diferente do governo do general Dutra para os comunistas. O sectarismo dos anos 1950 havia sido abandonado, e o PCB voltava a atuar nos sindicatos buscando um maior apoio das massas a partir de suas campanhas contra os conflitos internacionais e as iminentes guerras nucleares no âmbito da Guerra Fria, caracterizando uma “viragem à direita” do partido. A URSS pregava a coexistência pacífica, e o PCB atuando limitadamente na ilegalidade, revia novamente sua política no sentido de se adequar às exigências da legalidade. Na Europa Ocidental o movimento também era esse, diversos Partidos Comunistas colaboravam com os governos na reconstrução pós-Guerra.

No cenário nacional, o suicídio de Vargas foi elemento imprescindível na redefinição das políticas dos partidos, e o PCB que até o momento indicava a influência dos EUA no governo Vargas, vê que a direita envolta na UDN era a “maior ameaça”, assim, passaram a apoiar a candidatura de Juscelino e João Goulart, em 1955. O PCB mesmo refletindo a respeito da sociedade brasileira, também era fruto dela. A estrutura antidemocrática prevalecia em diversos meios do partido e seria fator importante para a modificação das políticas dos comunistas no Brasil.

Em 1956, veio à público os crimes cometidos durante a liderança de Stálin na URSS, causando grande desestabilização no movimento comunista internacional. No PCB a crise se deu também pela necessidade de renovação do núcleo dirigente. Ao mesmo tempo, retomaram os debates sobre a realidade brasileira, identificando que o Brasil já possuía condições para se desenvolver de modo autônomo, e que havia já uma burguesia nacional em contradição com o

imperialismo, o que daria um caráter progressista ao capitalismo brasileiro (MAZZEO, 1999).

Deslocava-se, assim, o fulcro da política do PCB, que deixava de privilegiar a base material da sociedade – a luta econômica e politizada –, travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical, para favorecer o campo das amplas alianças, subordinando a luta do proletariado ao *politicismo de viés liberal* e institucionalista (MAZZEO, 1999: 85).

Mas o padrão de acumulação iniciado pelo governo JK entre em crise nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, fazendo com que a popularidades desses governos diminuísse consideravelmente. A crise aberta não era apenas econômica, mas uma crise do regime político e expressava a necessidade de reorganização da “dominação política burguesa”. Em consonância com o movimento internacional, o PCB dava prosseguimento à “via pacífica” ao socialismo<sup>5</sup>. A burguesia nacional não tinha o projeto de desenvolvimento econômico tal como previam e concebiam os comunistas, ao contrário, ainda que os comunistas estivessem na perspectiva de colaborar com a burguesia nacional, esta buscava destruir as organizações políticas do movimento das classes trabalhadoras. Assim, nesse sentido, o golpe militar burguês confirmava a via prussiana (KONDER, 1980).

Ainda que o país tenha passado por uma transformação produtiva, no sentido da modernização, não houve uma ruptura dos laços internacionais dos quais o Brasil ainda permanece dependente. A ditadura instalada pelo golpe dos setores mais reacionários e conservadores das classes dominantes<sup>6</sup> aprofundou a relação com o capital internacional, mantendo as classes trabalhadoras silenciadas, com fortes ações repressivas nos sindicatos e grupos políticos.

### Referências Bibliográficas

- BATALHA, C. *Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva*. In: O Brasil Republicano. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENEVIDES, M. V. *O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. In: O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa – A Política de Alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

---

<sup>5</sup>Essa política, como dito, em consonância com o movimento comunista internacional, será expressa na Declaração de março, de 1958, do PCB. “A declaração de Março será a expressão de um exaurido instrumental teórico, adequado a um *grupo dirigente tardio*, que materializava em sua concepção política a *via stalinista de socialismo* (MAZZEO, 1999: 87).

<sup>6</sup>Em consonância com um movimento deflagrado em diversos países da América Latina, com reconhecida aliança com países imperialista, notadamente os EUA.

- \_\_\_\_\_. *O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil*. In: História do Marxismo no Brasil. Vol.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- DEO, A. *A Consolidação da Social Democracia no Brasil: Forma tardia da dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2011.
- ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KONDER, L. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- LENIN, V. *O Imperialismo, Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Centauro, 2008.
- MAZZEO, A. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MENDONÇA, M. G. *Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a Tentativa de destruição da Última Hora*. *Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.31. 2008.
- MUNHOZ, S. *A Guerra Fria no Brasil: Repressão Política e Resistência durante a primeira fase do conflito*. ANPUH. XXII Congresso Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.630.pdf>> acesso em: 03/01/2014.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- SAES, D. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SECCO, L. *O Comunismo Histórico: Algumas Notas (1917 - 1991)*. *Revista Novos Rumos*. ano 20. nº 43. São Paulo, 2005.
- SODRÉ, N.W. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.